



INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR

ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO DE TOMAR

CURSO

Auditoria e Fiscalidade

ANO LECTIVO

2007/2008

FICHA DA UNIDADE CURRICULAR

Unidade Curricular	Introdução ao Estudo do Direito		
Área Científica	Direito		
Classificação curricular	Obrigatória	Ano / Semestre	1º/2º

Créditos ECTS	Horas de trabalho do aluno	Carga horária das sessões de ensino	
		Natureza Colectiva (NC)	Orientação Tutorial (OT)
4	108	30T+15PL	

DOCENTES		CATEGORIA
Responsável	Horácio Lopes	Eq. Professor Coordenador
Teóricas		
Teórico-Práticas	Horácio Lopes	
Práticas		
Prático-Laboratorial		

OBJECTIVOS

Fornecer uma panorâmica geral do ordenamento jurídico, mediante a transmissão de noções concernentes à ideia de Direito, no que tange às suas diferentes acepções, às fontes pelas quais é revelado e aos ramos em que se encontra dividido, à interpretação e integração da lei e à aplicação da lei no tempo e no espaço, bem como às formas de realização coactiva do Direito (mormente quanto às formas de justiça, em especial, quanto à justiça pública) e, enfim, aos aspectos principais do regime das obrigações, dos direitos reais, e das relações de família e sucessórias.

PROGRAMA PREVISTO

1. I PARTE – NOÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I – NOÇÕES INTRODUTÓRIAS

- 1 – Primeira ideia de Direito;
- 2 – Leis normativas e leis jurídicas; ordens normativas.
- 3 – Estrutura da norma jurídica;
- 4 – Direito natural e direito positivo;
- 5 – Direito objectivo e direito subjectivo;
- 6 – Direito e Estado.

CAPÍTULO II – FONTES DE DIREITO

- 7 – O problema das fontes de Direito;
- 8 – As diferentes acepções de Lei;
- 9 – A Lei como uma das fontes de direito positivo;

Spung

- 10 – Lei material e lei formal;
- 11 – Lei constitucional e lei ordinária;
- 12 – Elaboração da lei;
- 13 – Regulamentos;
- 14 – Assentos;
- 15 – Inexistência jurídica, invalidade e ineficácia da lei;
- 16 – Cessaçãõ da vigência da lei
- 17 – Costume (noçãõ, espécies e problema da admissibilidade do costume como fonte do actual direito português);
- 18 – Usos interpretativos e supletivos;
- 19 – Prova dos usos e costumes;
- 20 – Doutrina;
- 21 – Jurisprudência;
- 22 – Obrigatoriedade da norma jurídica
- 23 – Equidade.

CAPÍTULO III – RAMOS DO DIREITO

- 24 – Necessidade da divisãõ do Direito em ramos;
- 25 – Direito Internacional e Direito Interno;
- 26 – Direito Internacional Privado;
- 27 – Direito do Comércio Internacional;
- 28 – Direito Público e Direito Privado;
- 29 – Ramos de Direito Público;
- 30 – Ramos de Direito Privado;
- 31 – Ramos mistos de Direito Público e de Direito Privado;
- 32 – Ciências auxiliares do Direito;
- 33 – Direito Comunitário

CAPÍTULO IV – INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEI

- 34 – O problema da interpretaçãõ e integraçãõ da lei;
- 35 – Conceito de interpretaçãõ da lei;
- 36 – Necessidade da interpretaçãõ;
- 37 – Interpretaçãõ legislativa e interpretaçãõ literário-filológica;
- 38 – Interpretaçãõ como técnica e como arte;
- 39 – Interpretaçãõ doutrinal e interpretaçãõ autêntica;
- 40 – Especialidades da interpretaçãõ autêntica;
- 41 – Elementos da interpretaçãõ;
- 42 – Espécies de interpretaçãõ quanto ao resultado;
- 43 – Integraçãõ das lacunas da lei;
- 44 – Subjectivismo e objectivismo na interpretaçãõ da lei;
- 45 – Aplicaçãõ actualista da lei;
- 46 – A Escola do Direito Livre.

CAPÍTULO V – APLICAÇÃO DA LEI NO TEMPO

- 47 – O princípio da irretroactividade da lei;
- 48 – Teoria dos direitos adquiridos;
- 49 – Teoria das situações jurídicas objectivas e subjectivas;
- 50 – Teoria do factõ passado;
- 51 – Teoria das situações jurídicas de execuçãõ instantânea e das situações jurídicas de execuçãõ duradoura;
- 52 – O Artº 12º do Código Civil;
- 53 – O Artº 13º do Código Civil;
- 54 – Inconstitucionalidade de certas leis retroactivas.

CAPÍTULO VI – APLICAÇÃO DA LEI NO ESPAÇO

- 55 – O problema da aplicaçãõ da lei no espaço;
- 56 – Estrutura e funcionamento das normas de Direito Internacional Privado;
- 57 – Relações entre Direito Internacional Público e Direito Internacional Privado;

fluy

58 – Principais regras do Direito Internacional Privado português.

CAPÍTULO VII – ACTUAÇÃO EM COLABORAÇÃO COM A LEI

59 – O interesse como base do Direito;

60 – Solidariedade e conflito de interesses;

61 – Resolução dos conflitos de interesses pelo Estado: heteronomia;

62 – Resolução dos conflitos de interesses pelos próprios interessados: autonomia;

CAPÍTULO VIII – ACTUAÇÃO CONTRÁRIA À LEI

63 – Acto ilícito; ilícito civil, penal e disciplinar;

64 – Violação da norma jurídica: meios preventivos e meios repressivos. Meios compulsórios.

CAPÍTULO IX – REALIZAÇÃO COACTIVA DO DIREITO

65 – A força ao serviço do Direito;

66 – Administração Pública na realização do Direito; noção e espécies de polícia;

67 – Formas de justiça: privada, pública e arbitral;

68 – Organização dos tribunais;

69 – Divisão judicial;

70 – Competência dos tribunais judiciais;

71 – Hierarquia judiciária;

72 – O processo civil: modalidades quanto ao fim e quanto à forma; os procedimentos cautelares;

73 – Tramitação geral do processo declarativo ordinário;

74 – Processos de jurisdição contenciosa e processos de jurisdição voluntária;

CAPÍTULO X – RELAÇÃO JURÍDICA

75 – Generalidades (conceito, elementos, e estrutura interna e externa);

76 – Sujeitos da relação jurídica

76.1 – Personalidade e capacidade jurídica;

76.1.1 – Sujeito de direito. Personalidade jurídica;

76.1.2 – Capacidade de gozo ou capacidade de direitos;

76.1.3 – Capacidade de exercício de direitos;

76.1.4 – Incapacidades de exercício;

76.1.5 – Pessoas singulares e pessoas colectivas;

76.2 – Pessoas singulares

76.2.1 – Começo da personalidade;

76.2.2 – Condição jurídica do nascituro;

76.2.3 – Extinção da personalidade

76.2.4 – Comoriência;

76.2.5 – Morte presumida

76.3 – Pessoas colectivas

76.3.1 – Noção

76.3.2 – Pessoas colectivas públicas e privadas;

76.3.3 – Pessoas colectivas públicas territoriais e não territoriais;

76.3.4 – Pessoas colectivas privadas

77 – Objecto da relação jurídica

77.1 – Objecto imediato e objecto mediato

77.2 – Direitos sobre outras pessoas

77.3 – Direitos sobre a própria pessoa

77.4 – Direitos a um facto

77.5 – Direitos sobre coisas

77.6 – Coisas corpóreas

77.7 – Objectos imateriais insusceptíveis de apropriação individual

77.8 – Coisas incorpóreas

77.9 – Direitos sobre direitos

77.10 – Património

77.11 – Patrimónios autónomos

- 77.12 – Patrimónios colectivos
77.13 – Universalidades
78 – Facto jurídico
78.1 – Função
78.2 – Factos jurídicos e actos jurídicos
78.3 – Actos lícitos e actos ilícitos
78.4 – Negócio jurídico
78.5 – Actos jurídicos não negociais
78.6 – Negócios unilaterais e plurilaterais
78.7 – Declarações negociais receptícias e não receptícias
78.8 – Contratos reais quanto à formação e quanto ao efeito
78.9 – Elementos essenciais do contrato
78.10 – Cláusulas acessórias dos contratos
78.11 – Contratos sinalagmáticos e não sinalagmáticos
79 – Garantia (noção; remissão).

II PARTE – DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

- 80 – Generalidades; as obrigações naturais
81 – Fontes das obrigações
82 – Modalidades das obrigações
83 – Transmissão de créditos e de dívidas
84 – Garantia geral das obrigações
85 – Garantias especiais das obrigações
86 – Cumprimento e não cumprimento das obrigações
87 – Causas de extinção das obrigações além do cumprimento.

III PARTE – DIREITOS REAIS

- 89 – Posse
90 – Direito de propriedade
91 – Usufruto
92 – Uso e habitação
93 – Direito de superfície
94 – Servidões prediais.

IV PARTE – DIREITO DA FAMÍLIA

- 95 – Fontes das relações jurídicas familiares
95.1 – Casamento (noção)
95.2 – Parentesco (noção, elementos, linhas, limites e graus)
95.3 – Afinidade (noção, elementos, linhas, graus e cessação)
95.4 – Adopção (noção)
96 – Casamento
96.1 – Modalidades
96.2 – Pressupostos da celebração
96.3 – Celebração do casamento civil
96.4 – Invalidade do casamento
96.5 – Regimes de bens
96.6 – Separação judicial de pessoas e bens
96.7 – Divórcio
97 – Filiação
97.1 – Generalidades
97.2 – Estabelecimento da maternidade (declaração de maternidade, averiguação oficiosa e reconhecimento judicial)
97.3 – Estabelecimento da paternidade (presunção de paternidade e reconhecimento da paternidade)
97.4 – Poder paternal (noção, exercício e meios de suprimento)
97.5 Adopção

Hug

flm

V PARTE – DIREITO DAS SUCESSÕES

98 – Sucessão (conceito e abertura)

99 – Espécies de sucessores

100 – Capacidade sucessória

101 – Direito de representação

102 – Herança (aceitação, repúdio, encargos, petição, administração, liquidação e partilha – a colação)

103 – Sucessão legítima

104 – Sucessão legitimária

105 – Sucessão testamentária.

BIBLIOGRAFIA

Relativa à I Parte

Almeida Costa, "Noções de Direito", 3ª ed., Almedina

Castro Mendes, "Introdução ao Estudo do Direito", edição revista por Miguel TEixeira Sousa, 1944, Lisboa

Dias Marques, "Noções elementares de Direito Civil", 5ªed.,1973

Galvão Teles, "Introdução ao Estudo do Direito",1995, Universidade Lusíada, Lisboa

M. Rebelo de Sousa, "Introdução ao estudo do Direito", 4ª ed.,1998, Mem Martins

Paulo Otero, "Lições de Introdução ao estudo do Direito", Vol.I, tomo 1º, 1998 e tomo 2º, 1999

Fernando J.Bronze, "Lições de introdução ao Direito", Coimbra Editora,2002

Santos Justo, "Introdução ao Estudo do Direito", Coimbra Editora, 2001

Nuno Sá Gomes," Introdução ao Estudo do Direito", IUS,2001

Relativa à II Parte

Almeida Costa, "Direito das Obrigações",9ªed, Almedind,2001

Dias Marques, "Noções elementares de Direito Civil",7ªed., 1992

Galvão Telles, "Direito das Obrigações",Vol I e II,1980, 8 Vol.III,2ªed.,1991

Pessoa Jorge, "Lições de Direito das Obrigações", Vols.I e II, 1967-1969

"Direito da Obrigações",1975-1976,ed.Fotocopiada.

Rui Alarcão, "Direito das Obrigações", Coimbra,1983

Luís M.Menezes Leitão, "Direito das Obrigações", Vol.I e II, Almedina,2002

Relativa às I e II Partes

Manuel S. D.Neves Ferreira, "Introdução ao Direito e às Obrigações", Almedina

Relativa à III Parte

Álvaro Moreira-carlos Fraga, "Direitos Reais", Almedina

Luís Carvalho Fernandes, "Lições de Direitos Reais", Quid Iuris

Menezes Cordeiro, "Direitos Reais", Lex

Oliveira Ascensão, "Direito Civil-REais", Coimbra Editora

Relativa à IV Parte

Antunes Varela, "Direito da Família", Petrony

Francisco Pereira Coelho-Guilherme de Oliveira, "CURso de Direito da Família", Coimbra Editora

Gonçalves Proença, "Direito da Família", Universidade Lusíada

Relativa às IV e V Partes

Diogo Leite de Campos, "Lições de Direito da Família e das Sucessões", Lex

Relativa à V Parte

Eduardo dos Santos, "Direito das Sucessões", Coimbra Editora

Luís Carvalho Fernandes, "Lições de Direito das Sucessões", Quid Juris

Oliveira Ascensão, "Direito Civil",Coimbra Editora

Rabindranath Capelo de Sousa, "Direito das Sucessões", Coimbra Editora

WEBGRAFIA

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Avaliação Contínua	Realização de fichas de trabalho
Avaliação Periódica	2 frequências
Avaliação Final	Exame

OBSERVAÇÕES

Além de contínua, haverá duas frequências escritas. Os alunos só dispensarão de exame se obtiverem a nota média mínima de 10 valores nas frequências. Nos exames a nota mínima também é de 10 valores.

HORÁRIO DE ORIENTAÇÃO TUTORIAL

Dia quarta-feira

Horário 16.00-19.00

Local O 206

Francis José de Campos Reis